

# Plenário da Constituinte

5 FEV 1987

ESTADO DE SÃO PAULO

## está vazio, como antes

A Constituinte realizou ontem mais uma sessão de três horas e 15 minutos, mas não conseguiu aprovar nem as normas provisórias propostas pelas lideranças partidárias para disciplinar seus trabalhos até o final do mês, quando deverá estar aprovado o regimento interno.

Durante a sessão, nada menos que 72 emendas ao projeto de 32 artigos foram encaminhadas à Mesa, o que obrigou Ulysses Guimarães a encerrar os trabalhos e convocar nova sessão para às 14 horas de hoje, destinada a votar a matéria. Nesse meio tempo, o senador Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB, designado relator, examinará as emendas e apresentará seu parecer.

Sem as normas mínimas necessárias para regular o seu funcionamento, a Constituinte assistiu somente a um longo debate sobre a extensão dos seus poderes — e começou a sofrer esvaziamento do plenário. "Dois terços das cadeiras já estão vazias", observou, a certa altura, o líder Amaral Netto (PDS-RJ), voltando-se principalmente para os novos constituintes e assinalando que esse "é um fator normal nos Parla-mentos do mundo inteiro".

Assim que a sessão foi aberta, às 15h15, o deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) encaminhou à Mesa um projeto de resolução, pelo qual a Assembléia passaria a baixar atos para alterar a atual Constituição (ver página seguinte). Durante toda a sessão, insistiu em que essa era questão



Alencar Monteiro

Cena do velho Congresso: plenário vazio ouve Lysâneas

preliminar, que deveria ser resolvida independente da aprovação até das normas provisórias. Mas Ulysses Guimarães deixou que a discussão em torno do assunto se arrastasse e, no final, disse que para tomar uma decisão é preciso que haja, primeiro, "condições regimentais", ou seja o assunto deve ficar para depois da aprovação do regimento definitivo.

O líder do PT Luis Ignácio da Silva, fez sua estréia da tribuna e, com a desenvoltura de um veterano, leu a "Fala do PT aos constituintes e à Nação", na qual preconizou a mobilização do povo para garantir a vitória na luta que se travará na Constituinte. "Sem povo nas ruas e nas praças — afirmou —, exigindo seus direitos, nenhuma votação de plenário terá força para se impor ao sistema de privilégios, corrupção e prepotência que domina o nosso país".

O PT entende que os trabalhos da Constituinte devem ser "precedidos da revogação das leis repressivas da ditadura". Essa foi também a posição assumida pelos líderes do PDS, Amaral Netto (RJ), e do PDT, Brandão Monteiro (RJ). Amaral até fez um apelo a Ulysses para que promova a devolução das prerrogativas dos parlamentares. Houve também críticas a declarações do consultor-geral da República, Saulo Ramos, sobre o caráter da Constituinte, bem como condenação, da parte de Lysâneas Maciel (PDT-RJ) ao ministro do Exército, pelos "recados" mandados aos constituintes.

## Nem definitivo, nem provisório

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

A Assembléia Nacional Constituinte entra, hoje, no seu quinto dia de funcionamento, mas talvez por excesso de zelo nem mesmo as normas provisórias para dirigir seus trabalhos foram aprovadas: por imposição do plenário, na terça-feira, foi aberto um prazo de 24 horas (até as 17 horas de ontem, prorrogado por mais uma hora) para que os constituintes pudessem apresentar emendas, e somente hoje o relator designado, o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso (SP), dará o seu parecer sobre as 72 emendas apresentadas.

Fernando Henrique culpou o presidente da Constituinte e da Câmara, Ulysses Guimarães, pela morosidade dos trabalhos prévios para dar início ao efetivo funcionamento da Assembléia. Segundo ele, a proposta de normas provisórias para o funcionamento — mesmo precário — da Constituinte, que fora acertada pelos líderes, deveria ter sido apresentada por Ulysses Guimarães como um ato da presidência da Assembléia, que dependeria apenas da aprovação ou não do plenário. "A proposta nunca deveria ter sido colo-

cada como matéria para discussão", reclamou Fernando Henrique Cardoso.

Já o líder do PDS no Senado, Jarbas Passarinho, considerou como um abuso a perda de tempo para se chegar a um documento provisório, advertindo para as dificuldades bem maiores que os constituintes enfrentarão quando as normas forem definitivas com relação ao regimento interno. Passarinho disse que é uma irresponsabilidade das lideranças a falta de uma deliberação anterior à Constituinte sobre as normas regimentais. No entender do líder do PDS, tão logo foi aprovada a Emenda Constitucional nº 26, de novembro de 1985 — convocado a Assembléia Nacional Constituinte a partir de 1º de fevereiro de 1987 —, os líderes deveriam ter se debruçado e estudado a maneira melhor de sistematizar os trabalhos.

Os líderes de todos os partidos no Senado e na Câmara fizeram ontem mais uma de suas inúmeras reuniões (que vêm sendo feitas desde sábado) para chegar à conclusão de que deveria haver um relator para as emendas às normas provisórias para a Constituinte. E foi nessa reunião que se abriu o debate em torno de um tema que, mais tarde, no plená-

rio, fez ferver a sessão: os poderes para se alterar a atual Constituição antes da promulgação da próxima Carta constitucional, como fruto do trabalho da Constituinte.

Na discussão sobre os limites jurídicos da Assembléia Nacional Constituinte, três posições foram discutidas — mas nenhuma foi vencedora para tornar-se uma posição dos líderes partidários. O senador Marcondes Gadelha (PFL-PB) defendeu a permanência da atual Constituição até a promulgação da próxima.

O deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG), que foi autor do anteprojeto de regimento interno definitivo, entendeu que desde o momento em que o presidente do Supremo Tribunal Federal, Moreira Alves, presidindo a eleição de Ulysses Guimarães, decidiu em favor dos senadores de 1982, entregando a decisão ao plenário, ele considerou como órgão político e constituinte a Assembléia Nacional Constituinte. Dessa forma, entende Bonifácio de Andrada, os constituintes podem alterar a atual Constituição antes mesmo de aprovar o texto definitivo e futuro da nova Constituição, entre setembro e novembro próximos.

## Os novos já estão decepcionados

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

A forma como os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte estão sendo desenvolvidos nesta primeira semana tem decepcionado a maioria dos novos deputados, que, apesar de nunca terem participado de uma sessão plenária no Congresso, criticam a morosidade com que está sendo tratada a questão do regimento da Assembléia. O médico e deputado Eduardo Moreira (PMDB-SC), que está exercendo o seu primeiro mandato político, declarou estar muito decepcionado com os trabalhos no plenário e também com a falta de organização da administração da Câmara.

Além de se mostrar preocupado com os rumos dos trabalhos na Assembléia Constituinte, o deputado Eduardo Moreira afirma estar en-

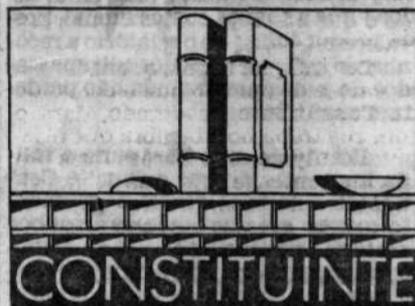
frentando muitas dificuldades para se alojar em Brasília. "Eu preciso trazer meus filhos, que estão em idade escolar, e ainda não tenho residência para morar", afirma o deputado, culpando a burocracia da administração da Câmara. Ele se sente ainda um pouco perdido entre os colegas, mas considera que "a vinda dos constituintes a Brasília tem uma finalidade muito séria e eles não podem ficar se preocupando com moradia".

Um dos mais novos constituintes, o deputado Eraldo Trindade, do PFL do Território do Amapá, de 29 anos, também afirmou estar muito decepcionado com o que está vendo no plenário da Assembléia. "Enquanto o povo espera decisões rápidas dos constituintes, estão sendo discutidas questões partidárias, que não dizem respeito à Constituição. E os deputados novos, que estão mais

preocupados com o bom andamento dos trabalhos, se limitam, por enquanto, a ouvir", afirma o deputado. Quanto à sua fixação em Brasília, ele disse que ocorreu com tranquilidade, pois já se instalou num gabinete na Câmara e conseguiu moradia.

A deputada Benedita da Silva (PT-RJ), que ainda não providenciou gabinete e nem casa para morar, está mais preocupada no momento com a burocracia que está emperrando os trabalhos da Constituinte e provocando discussões repetitivas que prolongam a aprovação até mesmo do regimento provisório.

A administração da Câmara tem enfrentado algumas dificuldades, já que tem um déficit permanente de 55 moradias. Atualmente, 82 deputados estão sem residência, porque alguns dos antigos parlamentares ainda não desocuparam os apartamentos.



## Congresso não cuida da economia

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

A classe política não está atenta à crise econômica por falta de hábito e porque a política econômico-financeira continua a ser monopólio do Executivo. Essa é a opinião geral entre senadores e deputados, que até o momento não apresentaram nenhum projeto alternativo nem para o realinhamento de preços ou para o aumento do salário mínimo. Os parlamentares explicam que nada mudou mesmo com a Nova República. O Congresso teve menos de uma semana para votar o pacote fiscal de dezembro de 1985; o Plano Cruzado foi decisão pessoal do presidente Sarney, que só posteriormente o revelou aos dirigentes do PMDB. "A história se repete" — diz o vice-líder do Partido Liberal, Afif Domingos. "É exatamente como no tempo da Arena e do PDS, que apoiavam o governo em troca de participação em sinecuras, benefícios, favores."

"Quem manda são os tecnocratas, que passam por cima do PMDB" — desabafa Bonifácio de Andrada (PDS-MG), que, entretanto, nota uma diferença com relação ao regime anterior: "Os tecnocratas do passado tinham medo do Golbery e respeitavam o presidente, que era general. Hoje eles não dão bola a ninguém". Também um deputado peemedebista confirma que esse "grupo tecnocrata" não consulta nem o PMDB. Roberto Cardoso Alves (SP) garante que "a política econômica é de exclusiva responsabilidade da assessoria do ministro Dilson Funaro". E a "tecnocracia paulista", reclama o deputado baiano Marcelo Cordeiro (PMDB).